

"A GENTE PRODUZ PARA COMER, O EXCEDENTE QUE A GENTE VENDE...": REDE(S) DE AGROECOLOGIA COMO AÇÃO PÚBLICA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"WE PRODUCE TO EAT THE SURPLUS WE SELL...": AGROECOLOGY NETWORK(S) AS TERRITORIAL PUBLIC ACTION IN THE BRAZILIAN AMAZON

Isaac Fonseca Araújo**

Introdução

Nos últimos vinte anos, as populações camponesas do Baixo Tocantins, na mesorregião do nordeste paraense, vivenciaram importantes transformações nos processos de ocupação/uso/gestão da terra, das águas e florestas (Araújo, 2023). Esse movimento começa a se desenhar ainda na década de 1970, quando se assiste à emergência de lideranças populares como sujeitos na cena política, com implicações que se traduziram numa dinâmica de reinvenção das arenas públicas manifesta em experiências de inovação da ação coletiva enquanto manejo das questões socioambientais no âmbito das lutas camponesas por territórios de vida (Leff, 2016).

De um lado, essa dinâmica caracteriza-se pela descontinuidade dos mecanismos que a engendram e da agenda que a justifica na medida em que, constrangida pelos operadores do sistema mundo moderno-colonial, no sentido atribuído por Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), exprime-se subordinada às condições de subalternização e encobrimento inerentes ao poder capitalista. De outro, há um conteúdo mobilizatório que se atualiza em processos de ambientalização e politização da ação local, reproduzindo-se em formas novas de participação e engajamento dos sujeitos nos assuntos públicos relativos ao dilema de sua reprodução social, conforme identificamos em trabalho anterior (Araújo; Teisserenc, 2020).

* Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Email: profisaaconseca@gmail.com. ORCID 0000-0003-4675-3174

Para a reflexão aqui proposta¹, interessa-me a análise de um elemento particular no conjunto das experiências referidas, a saber, a construção sociotécnica e sociopolítica de uma “opção agroecológica” como estratégia de gestão socioambiental dos territórios face à racionalidade em que assenta o paradigma do desenvolvimentismo neoextrativista, cuja lógica segue hegemônica, mas não totalitária, nas economias-mercado que regem a vida produtiva nos territórios amazônicos.

A oportunidade de uma escuta etnográfica de longa duração que se faz na experiência de estar/conviver com diferentes comunidades no mesmo chão em que as lutas e r-existências por elas construídas tomam forma, constituiu-se material empírico com valor analítico a revelar que a transição de um modelo mono/agroquímico para sistemas produtivos de base agroecológica, embora subordinada à lógica de mercado em sua atividade finalística, contraria o processo de mercantilização da natureza e da vida (Abramovay, 2019) que tal lógica patrocina.

Dos aprendizados de campo restam compreendidos acúmulos e contradições da “opção agroecológica” assumida por coletivos que se autodefinem como movimento em defesa da agroecologia como “modelo” de gestão socioambiental e desenvolvimento econômico, de um desenvolvimento defendido no discurso político pela centralidade do direito à vida, aos territórios e à dignidade dos povos que os vivenciam. A

expressão mais objetiva dessa aposta, formalmente reconhecida como Rede Jirau de Agroecologia, é síntese dessas contradições, como veremos adiante, mas também dos aprendizados em termos de renovação dos repertórios da ação coletiva e de uma ambientalização/politização ressignificadas que os qualificam do ponto de vista do conteúdo e da maneira como são operados.

Esse movimento é aqui compreendido a partir de uma leitura socioterritorial dos esquemas conceituais e operativos que particularizam o modo como a Rede Jirau se organiza e atua, constituindo-se, ela mesma, uma ação/arena pública. Para tal leitura mobilizo, ainda que precariamente, contribuições da crítica dos estudos decoloniais ao paradigma do desenvolvimento e de uma ecologia política decolonial.

A análise compõe-se de três seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, apresento e discuto a emergência de um movimento autodefinido como “agroecológico”, depois configurado na forma de rede. Atento, em particular, para o modo como essa experiência social pouco a pouco vai se constituindo em um movimento-rede sociotécnica, para as ações que informam um programa e o discurso que o justifica. Em seguida, identifico certo amadurecimento nos percursos assumidos pelo coletivo, compreendendo que, para além da ideia de sistema de atores, sua arquitetura social permite evocar um novo tipo conceitual, o de comunidades de ação.

1 Apoio-me nos aprendizados das pesquisas de campo que vivenciei com comunidades camponesas do Baixo Tocantins (PA), entre 2018 e 2021, por ocasião do meu doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA). Na aventura etnográfica a que me dediquei, procurei compreender como são concebidas e experienciadas as formas de resistência/r-existência acionadas por esses sujeitos na convivência com diferentes operadores de um modelo econômico desenvolvimentista/neoextrativista a informar modos atualizados/ressignificados de dominação e exploração dos territórios tradicionais na Amazônia. Outras leituras dessa dinâmica podem ser encontradas em Araújo e Teisserenc (2020) e Araújo (2023). Agradeço a Maria José da Silva Aquino Teisserenc e Pierre Teisserenc pelas orientações, partilha e amizade.

Por fim, problematizo as contradições que transversalizam os acúmulos/aprendizados da experiência vivida, indagando em que medida ela questiona/nega ou aprofunda a crença no desenvolvimento como sinônimo de progresso econômico.

1. Fios e agulhas, malhas: a emergência de um movimento agroecológico

Em 2003, por iniciativa da Associação Paraense de Apoio a Comunidades Carentes (APACC)², iniciou-se, no município de Cametá, a experiência de uma Rede de Agricultores Multiplicadores justificada por uma narrativa que dialoga com os referenciais da agroecologia. Este marco temporal e seu conteúdo são significativos para a construção da análise pretendida ao sugerirem um esforço para efetivação de uma *transição agroecológica*, no sentido de Caporal e Costabeber (2004, p. 12), isto é,

[...] um processo gradual e multilinear de mudanças nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção [...] a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Um conjunto de formações, debates e intercâmbios de experiências orientados pela noção do que se convencionou chamar, entre os movimentos sociais e sindicais, de “desenvolvimento rural sustentável”, fora desenvolvido e revelado, sobretudo por uma

disposição dos sujeitos para implantação de unidades produtivas agroecológicas de base familiar. Os avanços em matéria de produção de alimentos permitiram uma aposta na realização de “Feiras de Produção Agroecológica e Economia Solidária”, esporádicas, na sede do município. De certa maneira, apesar da carência de estruturas e recursos, ali se apresentavam os fios e agulhas de um movimento-rede ao qual iam se integrando diversos artesãos da terra, das águas e das florestas, e seus mediadores.

A experiência continuada da Feira desempenhou um papel importante, constituindo-se, por um lado, ponto de partida do movimento, à medida que cada intercâmbio revelava novos desafios ao fortalecimento da produção local; por outro, um lugar de encontro de saberes e vivências a sugerir um amadurecimento manifesto no interesse dos sujeitos pela iniciativa do trabalho em rede. Tal apontamento corrobora o que fora identificado por Rogério Almeida (2010, p. 296), o fato de que, ao longo de quase dez anos, a APACC liderou uma dinâmica de fomento a um “processo de transição do modo de produção camponesa” a partir de “uma orientação cuja base reside no diálogo e na troca das diferentes formas de conhecimento, para o cultivo de práticas inovadoras”. Como resultado, “mais de mil experimentos baseados na agroecologia” foram apoiados, “em aproximadamente 130 comunidades”. Por outro lado, canais de diálogo com diversos sujeitos sociais foram abertos, sobretudo com universidades, empreendimentos associativos,

2 Fundada em 1994, em Belém, a APACC tem sua identidade e política marcadas pelo trabalho de formação e acompanhamento técnico com grupos sociais em desvantagem nos jogos de poder produzidos pela sociedade de classes. Inicialmente, ocupou-se com processos de educação popular, qualificação profissional e inclusão de segmentos vulnerabilizados no mundo do trabalho, particularmente em bairros periféricos da capital paraense. Desde 2000 passou a atuar no Baixo Tocantins, a partir de um núcleo técnico sediado no município de Cametá, com ações nas áreas da agroecologia, economia solidária, saúde preventiva, juventude e acesso a mercados de alimentos, entre outras, sobretudo com as comunidades rurais.

sindicatos, colônias de pescadores e instituições governamentais (Almeida, 2010).

Entretanto, circunstâncias diversas colocaram em debate a capacidade de uma ação coletiva que, voltada particularmente à estruturação de cadeias produtivas, fazia-se atrelada à esfera local, embora refletindo distintos significados em termos político e pedagógico. Isso posto, duas alterações foram adotadas. A primeira, relativa ao alcance da ação, trouxe para o seu ambiente a questão territorial enquanto conceito-base de uma “estratégia de desenvolvimento”. A segunda, assentada na construção de eixos programáticos, reconfigurou a agenda in-

terna nela incorporando – ou reincorporando – os temas da pesquisa aplicada e inovação socioprodutiva, entre outros, como pretensos subsídios aos arranjos econômicos do território, particularmente naqueles de tendência em defesa da agroecologia e da sociobiodiversidade amazônica. Assim, desde 2015, imprimiu-se à organização a forma de uma ação socioterritorial, um movimento com maior abrangência e densidade a quem se atribuiu o nome de Rede Jirau de Agroecologia, composta, até setembro de 2022, por cerca de 40 organizações, além de parceiros e apoiadores (Quadro 1).

Quadro 1 – Composição, parcerias e articulações da Rede Jirau (Setembro, 2022)

Tipos Categorias	nº	Qualificação	Contribuições
Organizações “de base” – Categoria A	02	Coletivos de produção e organização sociopolítica	Ampliação da oferta de produtos agroecológicos
Organizações “de base” – Categoria B	07	Associações de Agricultores, Quilombolas, Assentamentos	Produção e Comercialização
Organizações “de base” – Categoria C	09	Cooperativas de Agricultores Familiares	Produção e acesso a mercados
Entidades de Educação do Campo	03	Casas Familiares Rurais (vinculadas à ARCAFAR-PA)	Ensino por alternância pedagógica (fundamental)
Representações do campo sindical	07	Sindicatos e Federação de Trabalhadores Rurais, da Educação e Colônia de Pescadores	Articulação social/política e mediação
Entidades Articuladoras	02	Organizações não governamentais (ONGs)	Formação, mediação, assessoria/acompanhamento
IES	03	IFPA, UFPA e UEPA	Ensino, pesquisa, extensão
Órgãos de governo	04	Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente, ADEPARA	Apoio ao processo produtivo
Entidades de apoio e fomento	06	Empresas, ONG, Agência de Cooperação, Rede, Igreja...	Apoio à geração de renda e fortalecimento institucional

Fonte: APACC – Sistematização do autor (2022).

3 O Jirau, estrado de varas ou estrutura de madeira, é denominação de aplicação variada. É sobre o jirau que são produzidas hortaliças e plantas medicinais; no jirau é instalada a máquina de bater açaí, alguidares e outros utensílios do trabalho doméstico; o jirau é também denominação da estrutura utilizada para lavar

Esse fato marca não só a ampliação de uma dinâmica que, a princípio, pretendia-se parte de uma economia concebida a partir dos limites administrativos de Cametá/PA ou que neles se encerrava, mas a possibilidade de reinvenção da estratégia local pela incorporação de temas e dispositivos de ação que lhe permitem operar em diálogo com diferentes perspectivas do campo agroecológico brasileiro. Lança-se a uma estratégia cuja natureza econômica, a produção de saberes e a arquitetura política passam pela articulação de quatro dimensões que, em termos analíticos não hierarquizados, conformam o citado campo, a saber:

- a) um conjunto de práticas produtivas para as quais é reivindicado o título de “socioambientalmente inclusivas e ecologicamente responsáveis”, isto é, em que se acha assentada a noção de sustentabilidade;
- b) um enfoque científico que se ocupa de análises para além dos modelos de agricultura e formas de gestão socioambiental, embora com atenções voltadas para os processos de fortalecimento dos mecanismos de transição para as chamadas “agriculturas alternativas” como experiências de “desenvolvimento rural sustentável”;
- c) formas de movimento social configuradas a partir de mobilizações que se apoiam em princípios, conceitos e valores de um determinado campo teórico inclinado a legitimar as lutas pelo fortalecimento dessas experiências enquanto defesa de um “mundo rural”;
- d) uma recente abertura para instituciona-

lização de programas governamentais, ensaiando-se desenhos de políticas públicas de fomento a modos de produção de base agroecológica em que os ganhos auferidos com os rendimentos do trabalho não se fazem acompanhar da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade dos agroecossistemas, especialmente geridos por unidades familiares, como metas para um desenvolvimento mais inclusivo.

Um dado relevante para compreensão da natureza, do conteúdo e da forma que essa estratégia assume, oferecido por Aldrin Benjamin, professor do IFPA e um dos articuladores do movimento, revela o encontro daquele embrião de rede desenhado pela APACC em 2003 com experiências e articulações mais amplas do campo agroecológico brasileiro. Trata-se de uma memória do movimento agroecológico que diz muito de sua concepção ou daquilo que as lideranças propõem que ele seja. Ao traçar uma trajetória pessoal que se mistura com elementos da história da agroecologia na Amazônia e no Brasil, Benjamin mostra como a iniciativa dos camponeses de Cametá soube dialogar com aspirações há tempos vocalizadas por organizações inseridas em um contexto nacional.

No Pará, nós tínhamos três movimentos: o MMNEPA no nordeste, a APACC no Baixo Tocantins, e outro no sul do Pará e Baixo Amazonas. A Rede Jirau tem muito a ver com as experiências que as instituições tra-

a roupa e/ou louças; ou, ainda, é sobre o jirau que, numa jangada, os pescadores se sentam. Trata-se de uma palavra de grande riqueza semântica que foi escolhida para identificar um movimento socioambiental, e assim constitui a metáfora de um projeto de sustentabilidade defendido e promovido pela Rede homônima. Sobre ela projeta-se a expectativa de um desenvolvimento territorial centrado em uma agricultura socialmente inclusiva e ambientalmente responsável e, assim, essa rede de ações pela agroecologia é tomada como uma estrutura, um suporte para se alcançar um “desenvolvimento alternativo”.

zem. A ideia, no início, era a gente se ajudar enquanto instituições, construir uma agenda comum. E aí surgem três agendas: o fortalecimento da Feira, nosso interesse em abrir uma especialização em agroecologia no IFPA, e o Jirau, além da ideia da Natura de construir uma imagem mais próxima das comunidades. [...] E acabou que a Rede extrapolou a agenda dessas três instituições. Chegou um momento em que a gente começou a entender que é uma agenda que passa a ser da comunidade, então a gente começa a pensar num formato que não engessasse, que não colocasse essas três instituições como detentoras do espaço. Hoje a agenda mudou, não é mais uma agenda de integração, somente; as entidades esperam uma ação de apoio, de fortalecimento de seus espaços, o formato tem de ser outro (Aldrin Benjamin, entrevista realizada em julho de 2021).

Narra-se a emergência de uma dinâmica territorial como acúmulo de trajetórias de lideranças e organizações do campo político popular, técnico e acadêmico em que atuam as instituições ligadas ao campo da agroecologia e da economia solidária. Admite-se um interesse, até certo ponto, corporativo (“A ideia, no início, era a gente se ajudar enquanto instituições”), mas que se ressignifica à medida que as comunidades vão sendo mobilizadas e passam a se enxergar como sujeitos da ação (“E acabou que a Rede extrapolou a agenda dessas instituições. Chegou um momento em que a gente começou a entender que é uma agenda que passa a ser da comunidade”).

No plano do conteúdo, especialmente, a ideia a partir da qual uma nova rede vai sendo gestada dialoga com a categoria “Ator-Rede”, de Bruno Latour, em que o “social” não é necessariamente um domínio da sociedade, mas um princípio que auxilia

na leitura de “conexões” que permitem uma tradução desse domínio. Paulino e Gomes (2020), em diálogo com Latour, sugerem pensar o social como um “fluido circulante”, com o argumento de que o que antes era visto como de “domínio social” agora integra um “conjunto de elementos a serem reunidos, não no que chamamos de sociedade, mas sim em um coletivo” (Paulino; Gomes, 2020, p. 308). Como perspectiva teórico-metodológica, defendem os autores, a noção de “ator-rede” pressupõe “seguir a continuidade fluida de entidades heterogêneas e a completa descontinuidade entre os participantes das redes. Em vez de adotar a posição de uma ordem antecipada” é preciso deixar que os atores “apresentem suas próprias categorias e, a partir desse movimento”, explicar “como as redes são estabelecidas” (Paulino; Gomes, 2020, p. 308).

Nota-se um processo de reinvenção da ação local em arranjos associativos em que a pluralidade de atores, práticas e contextos revela aprendizados e formas de participação orientadas, inclusive, para o desafio da governança socioambiental. Isto sugere que é na diversidade de sujeitos e práticas descontínuas que novas categorias e fluxos locais são engendrados para possibilitar o manejo de múltiplos temas e a afirmação de interesses coletivos. A ênfase “nas comunidades”, evocada por Franquimar Maciel, coordenador da APACC e do movimento, é sugestiva de uma intervenção no espaço público que tende a fortalecer o papel dos sujeitos não só como coletivos de produção, mas também sujeitos políticos.

[...] a Rede assume um conjunto de temáticas numa linha de assessoria técnica e acompanhamento às comunidades, um trabalho de assessoria às cooperativas para acesso a mercados e a questão do ensino e pesquisa,

sem perder de vista que o seu alvo são as comunidades tradicionais. As entidades atuam num formato de apoio; cada entidade cumpre um papel no território e a ideia foi somar forças e unificar as agendas, mas sempre levando em conta que o alvo principal é a comunidade (Franquizar Maciel, entrevista realizada em janeiro de 2019).

A ênfase de Maciel ao manejo de “um conjunto de temáticas” é aqui entendida como referência a uma dinâmica dirigida pelo desejo de promover a autonomia e o fortalecimento das “comunidades tradicionais”, enquanto sujeitos da cena política em que se acham implicadas. Habilita-se um movimento a tratar de questões que apontam a pluralidade de interesses locais, por um lado, e a densidade de iniciativas que organizam a arena pública, por outro. Temas como gênero, associativismo e economia solidária, mercados sociais, organização comunitária, assessoria técnica, sistemas produtivos de base agroecológica, articulação política, pesquisa e inovação compõem ações multissetoriais relativas a processos de educação popular, formação técnica e acompanhamento a organizações, até a aplicação de propostas a chamadas públicas para fornecimento de produtos à alimentação escolar, ou acesso a fundos públicos.

A diversidade de questões e temas dos quais se ocupa a Rede reflete repertórios que comportam práticas sociais/produtivas igualmente diversas. Dois casos assentam esse entendimento: 1) o crescimento no fluxo de feiras de produtos agroecológicos e economia solidária, que na cidade de Cametá passam a ser realizadas uma vez por semana, não obstante sua reprodução em outros ambientes, a exemplo de Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri e Belém; e 2) a criação do Jirau Agroecológico, encontro anual que

assume a forma de um espaço formativo, de intercâmbio, pesquisa, avaliação de resultados e planejamento. Sua organização integra essa pluralidade de temas e objetos acolhidos em uma programação de seminários, oficinas, rodas de conversa, mesas redondas, troca de experiência em campo e feiras.

A terceira edição do encontro, em 2018, revelou-se simbólica do potencial de mobilização e incidência política percebido nos atores que assumem o território como referência de debate e ação coletiva. Cerca de 400 lideranças, de diferentes municípios da região, participaram do encontro, além de, aproximadamente, 300 visitantes atraídos sobretudo pela narrativa de valorização dos produtos orgânicos e de base agroecológica colocados à venda. Sediado em diversos centros de formação da cidade de Cametá, o evento ocorreu na mesma semana em que foram realizadas outras agendas envolvendo atores acadêmicos promotores da agroecologia, como a III Semana Acadêmica do IFPA/Cametá, o III Encontro das Agrárias do Baixo Tocantins e o II Encontro de Ações Integradas de Ensino Técnico, Tecnológico e Superior do Baixo Tocantins. Em 2021, em que pese as restrições impostas pelo quadro pandêmico, a sexta edição do Jirau Agroecológico confirmou que há interesse, entre os sujeitos do campo agroecológico, em produzir as condições de afirmação da agroecologia para além de categoria teórica e política como base para ações públicas territoriais. Estima-se que, pelo menos 300 pessoas acessaram, por meios remotos, uma programação com conteúdos integrados, alguns dos quais simultâneos, somando-se aos 200 participantes aceitos no modo presencial (Secretaria da Rede – Relatório Final, 2021).

É curioso o modo como os sujeitos demonstram habilidade para lidar com as

contradições decorrentes de um encontro de compreensões e perspectivas de vida divergentes ou antagônicas. Assiste-se a um exercício de convivência das comunidades tradicionais – inclinadas historicamente a relações sociais e de produção que tendem a privilegiar o valor de uso dos recursos e dinâmicas manifestas no trabalho coletivo, na solidariedade e na autogestão – com agentes econômicos a serviço de uma engenharia de mercado, cuja premissa passa pela superioridade do valor de troca e acumulação individual dos rendimentos do trabalho. Uma dinâmica de intercâmbio em “práticas agroecológicas” inspiradas em um saber comunitário, construídas em percursos que integram unidades familiares e instituições sociais, dialoga e convive com as investidas modernizantes que aclamam os “empreendedorismos”, acrescidos da semântica do “sustentável” e outros apelos, como modos de vida e produção a serem reproduzidos em escala ascendente.

Pude participar das atividades do Jirau Agroecológico, na edição de 2018, e depois na de 2021 – ano em que um fato me impressionou de forma comovida. Tínhamos finalizado a primeira parte da roda de conversa dedicada à discussão de políticas públicas de agroecologia e sua interlocução com os temas da segurança alimentar (e nutricional) e da economia solidária, a partir de desenhos municipais que compreendiam a abordagem territorial como princípio de ação. Diferentes evocações do fortalecimento da agricultura familiar, da sustentabilidade dos agroecossistemas e defesa da sociobiodiversidade, do associativismo e da governança do território tinham sido construídas como princípios que devem orientar a produção de tais políticas, até que chegou a vez de um representante de empresa fazer “a sua parte” para contribuir no diálogo.

Com expressões dele, mas muito semelhantes às que utilizo para traduzi-lo, o agente apelou:

Bom, tudo o que já foi colocado é muito bonito e importante. Mas vamos tornar a coisa mais objetiva. O que realmente você quer da vida, neste momento, não é melhorar os seus produtos, acessar mercados e ganhar mais dinheiro? Pois bem, é por isso que nós [os de sua empresa] estamos aqui, para ajudá-los a abrir portas. Tudo o que vocês já fazem é muito importante, mas não é suficiente; é preciso saber mexer com algumas ferramentas de acesso a mercados, por exemplo, para que você possa tornar o seu empreendimento competitivo.

Parte do coletivo expressou certo constrangimento; alguns, indiferença; outros, aprovação.

A intervenção é sintomática de um discurso tecido para marcar uma pretensa (ou suposta) superioridade de saber e competência; diz muito de um imaginário vendido como ciência que insiste em colocar as comunidades camponesas num lugar inferior, e de indivíduos economicamente ignorantes e culturalmente atrasados, necessitados, portanto, de alguém que lhes ensine os caminhos do “progresso social”. Trata-se de uma típica cena de manipulação retórica em que se busca legitimar os apelos do mercado pela propagada “produção em escala ou produtividade competitiva”, como se todo agricultor fosse obrigado a “pensar com a cabeça dos grandes empresários”, como se o seu modo de vida correspondesse a uma etapa civilizatória a ser necessariamente superada.

Mas por que as organizações camponesas com quem tenho convivido aceitam afirmações que, de forma sutil e eufemizada, as

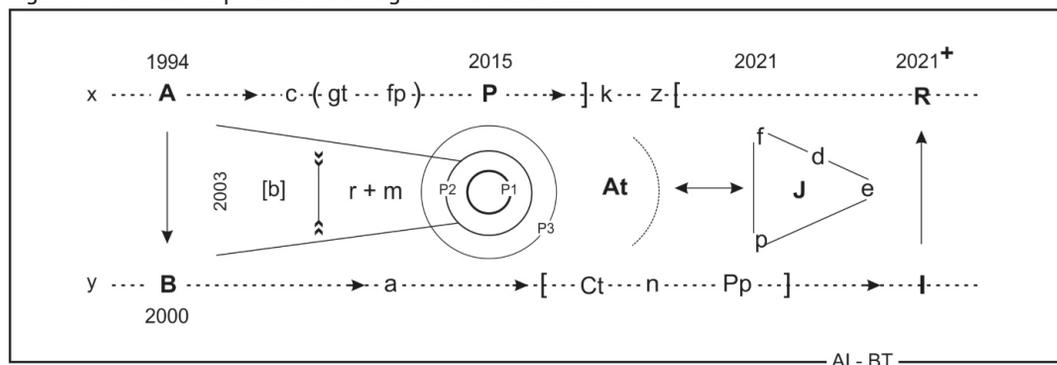
subjugam? Como lidam com espertezas empresariais e discursos “técnicos” marcados pela arrogância que se esconde por detrás de expressões eventualmente não decodificadas por aqueles a quem se negou a educação formal, o acesso a uma cultura letrada? Essa “acomodação” explica-se, talvez, por uma esperteza semelhante, embora distinta no valor que a fundamenta, a saber, a luta pela existência. De fato, os camponeses também se aproveitam das oportunidades geradas na relação com grupos empresariais, ONGs, governos e universidades, até o tempo em que isso lhes parece útil. Nos percursos da Rede Jirau, a parceria com empresas, não obstante o apoio de agências de cooperação, tem viabilizado projetos importantes, imprimindo certo dinamismo no território graças, por exemplo, à oferta de assessoria e acompanhamento técnico às organizações locais em benefício de suas atividades produtivas.

O debate construído ao longo de seis edições do Jirau Agroecológico dá conta de um fortalecimento do processo de mobilização e luta social assumido por diversos sujeitos do território, indicando certa confluência de interesses na medida em que

a defesa de uma agroecologia enquanto paradigma socioambiental e, por isso, referência de vida, tornou-se uma ação compartilhada pela comunidade de atores. Um ambiente que contextualiza a afirmação de que “la agroecología es, simultáneamente, un enfoque científico para el análisis y evaluación de los agroecosistemas y sistemas alimentarios y una propuesta para la praxis técnico-productiva y socio-política en torno al manejo ecológico de los recursos naturales” (Guzmán; Montiel, 2009, p. 26). Este passa a ser um fator de reconhecimento e justificação da importância da Rede, qual seja, a possibilidade por ela erigida de atração de múltiplos sujeitos dispostos a debater as condições de vida a serviço da capacidade que lhes é inerente de pensar um futuro não fatalista.

No esquema abaixo procurei reconstituir os elementos mais representativos da trajetória da Rede Jirau. Sublinho, com base em trabalho de campo, marcas de conteúdos e de processos que nos sugerem uma lógica e um horizonte a partir dos quais opera a organização.

Figura 1 – Síntese do processo de emergência da Rede Jirau



Fonte: Pesquisa de campo (2018-2021). Elaboração do autor.

Leia-se da esquerda para a direita, estabelecendo-se relação/complementariedade entre x e y com o centro horizontal, e este

como resultado dos movimentos que decorrem da conjuntura arbitrariamente refletida nas duas setas.

Área de incidência da ação: Baixo Tocantins (AI – BT)

1) ANTECEDENTES E INDAGAÇÕES

A Fundação da APACC (Belém)

B Instalação do Núcleo da APACC Cametá

P Transição da Rede de Multiplicadores para Rede Jirau de Agroecologia

R Novos desafios ao campo agroecológico e suas organizações

I Um dilema: articular gestão socioambiental, produção agroecológica e incidência política (no âmbito das políticas públicas, sobretudo).

2) SOB A LÓGICA DE “X” E “Y” E SUAS CONEXÕES

C Emergência, a partir de 2003-2006, de políticas públicas federais com abordagem territorial

(gt Políticas com um componente voltado à governança territorial (CODETER/PROINF)

fp) Fortalecimento da agricultura familiar (PAA/PNAE) e promoção da SAN

]k Arrefecimento das políticas territoriais; quebra da normalidade democrática; crises.

Z[Aprofundamento das crises político-institucional e econômica; capitalismo autoritário.

a Fomento à agroecologia como prática e concepção

[Ct Relação com as comunidades tradicionais

n Adesão de novos atores

Pp] Diálogo com as políticas públicas

3) DA ARQUITETURA DA REDE

[b] Antecedente: formação da Rede de Multiplicadores

r+m Dinâmica baseada na relação produtor-produtor e processos de mediação

3.1 A REDE COMO TECIDO ORGANIZACIONAL

P1 Polo 1: Produção (dos atores componentes da base produtiva)

P2 Polo 2: Técnico-científico (dos atores operadores da assessoria, pesquisa e formação)

P3 Polo 3: Governamental/empresarial (órgãos de governo e empresas)

3.2 DOIS ELEMENTOS ESTRATÉGICOS

At Ação pública, agenda territorial
Jirau Agroecológico – 4 dimensões articuladas

f Dimensão formativa

p Dimensão científica (encontro de produções acadêmicas e incentivo à pesquisa)

e Espaço público de intercâmbio, debate político e planejamento

d Difusão de um modo agroecológico de produção (feira)

A síntese evidencia uma lógica informada no “ideário do desenvolvimento” como conceito que organiza os dispositivos com os quais se operam a composição e as estratégias da Rede, embora esta “opção conceitual” seja evocada/vocalizada por dirigentes e lideranças, quase nunca pelas bases. De toda maneira, este “desenvolvimento”, ou o que ele representa para os sujeitos, não corresponde necessariamente às concepções e práticas difundidas a partir de uma narrativa universalizante/homogeneizante/modernizadora com que se ratifica a ideologia do progresso enquanto fundamento de uma economia-mundo, considerando, com base em Rist (2008) e apenas como ponto de partida, que

[...] “desenvolvimento” consiste em um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva (Rist, 2008, p. 13).

Da perspectiva empírica, percursos contraditórios traduzem necessidades muito con-

cretas e específicas, situadas – parte de um cenário em que a retórica do “progressismo econômico” dá lugar a, ou é reconfigurada por empreendimentos, ações e justificações em que se revelam interesses por bens econômicos, políticos e culturais pretensamente associados a uma determinada qualidade de vida que não se encerra na ideia de “bem-estar social”. A aposta no acesso a políticas públicas, isto é, na construção de uma rede de organizações com capacidade para incidir nas ações de governo e de estado, de modo a “sensibilizar” os tomadores de decisão política quanto às exigências e desafios do território, apresenta-se como um caminho estrategicamente assumido para dar musculatura e, nesse sentido, viabilidade ao movimento.

Isto acontece num período em que um conjunto de políticas de fortalecimento dos territórios rurais e sua governança, a exemplo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER-BT)⁴ e todo o debate para construção de uma agenda pública que nele se produziu, articulava-se com diversos programas destinados ao fomento da produção camponesa e sua interface com iniciativas governamentais no âmbito da segurança/soberania alimentar e nutricional, tal como se anunciava quando da criação do Progra-

4 Francinei Tavares e Monique Medeiros (2020), em estudo sobre a incidência de atores sociais na cena política regional a partir da experiência do CODETER, reportam-se ao Colegiado como “um espaço democrático e de participação social, no qual se instituem as discussões e implementações das políticas voltadas para o desenvolvimento territorial, no âmbito dos municípios constituintes”. Para esses autores, “nesses aspectos, a sociedade civil e o poder público buscam diferentes formas de articulações que possibilitam o debate e a criação de ferramentas teórico-práticas que, ao serem viabilizadas, permitem a realização concreta de ações para o território” (Tavares; Medeiros, 2020, p. 1630). De fato, a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008, como unidades de planejamento das ações do Governo Federal operadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do então Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), contribuiu para uma mudança de perspectiva quanto ao problema da governança territorial, reanimando o debate sobre o desafio de conferir protagonismo aos atores locais na gestão social das políticas públicas. No Baixo Tocantins, particularmente, registrou-se importante exercício de mobilização e fortalecimento de uma base social em permanente diálogo com os governos, o que garantiu centralidade ao tema das políticas de inclusão econômica e da sustentabilidade socioambiental enquanto componente de uma agenda de território.

ma de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e da aprovação da Lei 11.497⁵, em 2009. A partir desta lei se estabelece o uso de, no mínimo, 30% dos recursos destinados pelo FNDE ao PNAE “na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária e as comunidades tradicionais” (Brasil, 2009).

De uma leitura pragmática – e programática, em certa medida – há registros de conquistas importantes para as organizações locais em decorrência da abertura institucional que lhes permitiu dialogar com diversos órgãos operadores de políticas públicas e, mais especificamente, do acesso a programas do Governo Federal. Tal possibilidade produziu um ambiente de entusiasmo com efeitos do ponto de vista da adesão dos

atores a um arranjo que, tendo se revelado produto de um contexto municipal, começa a se projetar no espaço público como um movimento sociotécnico capaz de incidir nas agendas econômica e governamental do território e suas institucionalidades.

Com efeito, esse quadro é desafiado por dois elementos de conjuntura cujas consequências produziram constrangimentos à rotina das organizações:

- i) o processo de arrefecimento das políticas territoriais⁶, sentido desde 2013-14, limitou a atuação dos empreendimentos em determinados ambientes econômicos e sociais, impondo dificuldades às suas dinâmicas produtivas;
- ii) a quebra da normalidade democrática consolidada no golpe parlamentar de 2016 que, ao aprofundar um estado de crise político-institucional e econômica, ampliou as possibilidades de ascensão

5 Entre 2006-7 e 2013-4, esses dois programas cumpriram um “papel” de indutores de ação local, produzindo efeitos substantivos na formação/fortalecimento de arranjos produtivos. De um lado, tornaram-se motivo para novos investimentos em produção na medida em que se constituíram um canal “seguro” e, às vezes, vantajoso de comercialização – um dos gargalos dos camponeses e seus empreendimentos, historicamente, já que em mercados convencionais de alimentos faltam-lhes condições de competitividade; de outro lado, funcionaram como uma “escola de comércio alternativo” a exigir das organizações camponesas maior competência para o gerenciamento de cadeias produtivas destinadas a atender dinâmicas locais com a especificidade de uma política pública.

6 A partir de 2014-5, o contexto em que se produziu o golpe parlamentar que depôs do cargo a Presidente Dilma Rousseff aprofundou o processo de desidratação das políticas de fortalecimento dos territórios rurais que já se fazia sentir, em razão sobretudo de uma crise de representatividade/governabilidade no âmbito do Governo Federal, na qual se produziu um deslocamento da atenção aos programas a partir dos quais se dialogava com os movimentos sociais para ações em benefício dos grandes negócios. O fortalecimento das ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sob a liderança da então ministra Kátia Abreu, em detrimento dos projetos operados pelo MDA, é uma demonstração fática desse cenário.

7 As marcas da necropolítica adotada por Jair Bolsonaro como modelo de (des)governo estão presentes nas diversas áreas da administração federal. Entre muitos exemplos menciono dois casos. Um levantamento da rede Observatório do Clima (Werneck *et al.*, 2021) demonstrou que “o viés anti-indígena” da gestão Bolsonaro “facilitou uma crise humanitária” a partir de abril [de 2020], quando foi registrado o primeiro caso de Covid-19 entre indígenas. Sem proteção oficial e com aumento das invasões de suas terras, os índios passaram a ser infectados e a morrer mais. Em 18 de dezembro, segundo dados compilados pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), “havia 42.342 casos de Covid confirmados entre 161 povos indígenas, com 896 mortes”. Outro dado interessante, disponibilizado pelo sítio Repórter Brasil, mostra que “quase um terço dos mais de 3 mil produtos agrotóxicos comercializados no Brasil recebeu registro durante os dois [primeiros] anos de governo Bolsonaro. Desde que Tereza Cristina, ex-líder da bancada ruralista

do autoritarismo dilapidador representado pelo governo de Jair Bolsonaro⁷ e sua necropolítica às estruturas de Estado, resultando no estrangulamento das políticas nas quais os sujeitos do campo estavam envolvidos ou de quem eram beneficiários. Apesar disso, avanços são percebidos, especialmente no que tange à execução de projetos viabilizados a partir de cooperação e apoio institucional. Transita-se por um horizonte de intervenção nos territórios ao modo das organizações não governamentais, desenhando-se per-

ursos que se materializam em “iniciativas locais”, fundamentalmente, mas “conectadas” por processos de incidência política e arranjos econômicos de alcance regional/nacional.

Para bem justificar uma capacidade de mobilização e intervenção no território manifesta na ação da Rede, por vezes tornada argumento nos parágrafos anteriores, resumi, no quadro abaixo, os principais projetos e programas executados pela organização ou justificados a partir de seus objetivos, desde 2010.

no Congresso Nacional, assumiu o Ministério da Agricultura, 967 pesticidas foram aprovados” (Grigori, 2021). Com razão, pode-se dizer que a forma como o “Messias” opera é reveladora de uma articulação entre colonialismo, neoliberalismo e estado de exceção evidenciada em diferentes mecanismos espoliadores pelos quais é reproduzida a agenda do sistema mundial de poder para os países do Sul Global, e legitimada, inclusive, por uma narrativa que insiste em culpabilizá-los pelos seus “atrasos econômicos” a funcionar, no caso da América Latina, como um simulacro para negação da ferida colonial. No Brasil, as pautas que Bolsonaro e sua equipe torpe representaram sintetizam um conjunto de “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” reconfigurando profundamente “as relações entre resistências, sacrifício e terror” (Mbembe, 2018, p. 71). Assiste-se a um cenário em que agentes políticos arrogavam-se a condição de “soberanos”, “autorizados”, portanto, a “exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implementação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p. 05).

Quadro 2 – Histórico de projetos – APACC | Rede Jirau (como proponente ou em parceria)

Projetos Programas	Objeto, benefício...	Parceria
Mulheres do Campo (2010-2020)	Formação com agricultoras(es): saúde da mulher, produção e comercialização de base agroecológica, segurança alimentar e empoderamento feminino	ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), ONG alemã “Pão para o Mundo” e Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA)
Fomento à cadeia de valor dos produtos da megabiodiversidade brasileira (2010-2020)	Fortalecimento dos processos de organização dos agroextrativistas para produção e comercialização de óleos naturais – microrregião de Cametá e região Bragantina	Organização Alemã GIZ, Cáritas Brasileira (Bragança) e empresa Beraca
Rede Trilhas (2010-2020)	Fomento ao curso de especialização em agroecologia, fóruns públicos (seminários) sobre o tema e feira de produção agroecológica	Empresa Natura e IFPA de Cametá
Projeto Semear – Rede Jirau (2010-2020; 2020-2023)	2010-2020: Rede de Produção Agroecológica e Comercialização Solidária: fortalecimento de ações socioambientais, capacitação com agricultores e apoio à comercialização com expansão da experiência de feiras agroecológicas, 2020-2023: fomento ao uso e preservação do patrimônio natural da floresta amazônica por formas de produção e gestão agroecológicas adaptadas às mudanças climáticas	ONG Alemã Misereor e Organizações Locais
Empoderamento Feminino (1 e 2)	Fomento à construção de mini-indústrias de beneficiamento, formação e assessoria aos coletivos de mulheres	Consulado da Mulher
Ações de Reflorestamento	Coordenado pela Diocese de Cametá, apoiou ações formativas em sistemas agroflorestais e sistemas de irrigação, com desenvolvimento de oficinas para produção de mudas	Diocese de Cametá
Projeto Peconha	Coordenado pela Ucodep, apoiou ações de fortalecimento de cooperativas com foco na comercialização	Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (UCODEP)
Projeto Tracuateua	Coordenado pela associação local, ênfase em processos de agroecologia, economia solidária e educação ambiental	Associação de Reserva Extrativista de Tracuateua, APACC e UCODEP
Núcleo Interinstitucional de Estudos em Agroecologia do Baixo Tocantins	Articulação no âmbito da Rede Jirau, com proposição do IFPA. Fomento a: 1) criação de um Núcleo de Estudos Agroecológicos; 2) identificação, sistematização e disseminação de inovações tecnológicas em agroecologia e produção orgânica; 3) implantação de unidades demonstrativas; 4) formação; 5) intercâmbios na área (2018 a 2020)	IFPA-Cametá, UEPA, APACC e UFPA com apoio do CNPq
Empreendedorismo Sustentável (2021-2022)	Melhoria das Práticas de Gestão e Geração de Renda a partir de Negócios Comunitários	Natura
Educação e Diversidade: por um futuro melhor (2021-2022)	Desenvolvimento institucional e integral de crianças e adolescentes	Unicef
Rede de Articulação (2022-2023)	Processos de manutenção da floresta em pé e desenvolvimento econômico liderados pela Rede Jirau	Natura

Fonte: APACC – Sistematização do autor (2022).

Considerados estes elementos, restam indagações importantes do ponto de vista do conteúdo das intervenções capitaneadas pela Rede, o que se traduz em oportunidade de análise sobre o alcance do movimento enquanto sujeito de um “saber local” em conflito – mas coexistente – com uma lógica economicista, uma racionalidade instrumental que não favorece a experiência comunitária enquanto forma de vida e produção.

2. Da linguagem contestatória a uma comunidade de ação

As evidências de campo permitem compreender a ação em estudo como herdeira de um traço emblemático da vida amazônica brasileira: a capacidade de mobilizar e agir coletivamente compartilhada por diferentes grupos sociais. No contexto dos povos e comunidades tradicionais, esse sistema de disposições tem sido acionado em múltiplos desafios, especialmente os de caráter socioambiental.

Trata-se de um fenômeno que por toda a América Latina tem provocado a criação de novos movimentos sociais, redes de organizações e espaços de confluência prático-teórica dispostos a enfrentar tais desafios. Nesse universo, a produção de conflitos se faz acompanhar de uma “ambientalização das lutas indígenas e camponesas” vinculada à “emergência de um pensamento social latino-americano”, conforme entendimento de Enrique Leff compartilhado por Maristella Svampa (2016, p. 146).

Os espaços de confluência refletem dinâmicas caracterizadas por um multiescalonamento de referências, quer dizer, colocam a esfera local dos problemas em permanente diálogo com as conjunturas nacional e global. Em certa medida, as circunstâncias de atração dos sujeitos para uma ação em rede

revelam essa tendência, a exemplo do que ocorre com os processos econômicos – especialmente aqueles regidos por uma economia de mercado – nos quais estão envolvidos. Todavia, as questões locais e suas implicações no contexto do território, a maneira como os diferentes atores dele se apropriam, vivenciam-no, parecem dar o tom dos debates sobre alternativas à exploração capitalista. Não são as grandes referências em que se apoiam os movimentos sociais que mobilizam os atores, mas os desafios cotidianos da produção da vida que, ao cobrarem saídas práticas e urgentes, criam oportunidades de acesso a estratégias e mecanismos institucionais de alcance mais amplo.

[...] a agroecologia é uma fonte de informações. E quando a gente participa dos eventos da Rede a gente leva informações e traz informações. Lá a gente conhece muitas pessoas, de outras localidades, que contam suas experiências. A gente produz e a gente vende, nós não temos atravessadores; ninguém aqui é empregado, nós sobrevivemos, mesmo, da nossa produção. E tem dado certo (Josineia Demétrio, 2021).

[...] as organizações buscam isso, elas querem projetos que fortaleçam os seus trabalhos. A gente veio de uma comunidade, que a gente tá conhecendo agora, e eles querem muito o trabalho com hortaliças, mas querem de forma coletiva; ontem nós fizemos os canteiros. Elas [as mulheres] estavam reunidas e a gente sente que elas querem caminhar no coletivo (Elizeth de Souza, maio de 2021).

Há uma confissão, com gesto de humildade, dos motivos que orientam a adesão dos sujeitos ao movimento. São motivos que se alimentam de uma razão prática traduzida em apelos pragmáticos, que

orientam certa disposição para partilhar os sentidos de uma existência que passa pela relação com a terra, de uma maneira de viver e produzir que “tem dado certo”. Mostra-se como, no âmbito de uma rede de organizações, a elaboração (às vezes não verbalizada) de temas e referências para a ação coletiva permeia as estruturas cognitivas dos atores permitindo-lhes construir esquemas interpretativos de contestação e/ou alternativa sistêmica. Constroem-se marcos comuns de ação que atravessam o imaginário das organizações, contribuem para a produção de uma subjetividade coletiva e subsidiam a retórica do movimento. Essa linguagem, no caso do Baixo Tocantins, tem como eixos estruturantes, sobretudo, os bens comuns e a justiça socioambiental (Svampa, 2016).

Essa maneira de conceber e viver o território pouco a pouco vem se desenvolvendo nos últimos cinquenta anos desde quando os atores locais:

- a) passaram a reivindicar um lugar nas cenas políticas em que outrora foram expectadores;
- b) assumiram o papel de sujeitos da construção social dos lugares; e, por conseguinte,
- c) emergiram no espaço público regional como mobilizadores de um projeto de território e da qualificação que ele reclama. Trata-se de uma trajetória que reproduz aspectos importantes da formação social do Brasil, entre eles o papel das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) na formação política da classe trabalhadora e apoio às suas organizações. Romier Sousa (2017, p. 3) também recupera esse elemento histórico que dá sentido à cena nacional ao argumentar que, por exemplo,

[...] foi a partir da valorização de ambientes de organização sociopolítica criados pelas CEB's que o movimento social do campo no Brasil incorporou os preceitos da educação popular, e, ao discutir a realidade local dos camponeses e seus modos de produção, deu os primeiros passos na construção do enfoque agroecológico, propondo alternativas ao modelo hegemônico de produção agroindustrial.

Como consequência, produziu-se uma inovação no campo da participação social e das lutas engajadas configurada numa matriz intergeracional de natureza heurística e valor político-pedagógico constituída de três fatores histórico-culturais:

- i) o *saber local* construído e transmitido, sobretudo, por meio da experiência;
- ii) a *habilidade social* elaborada nos processos de mobilização e nos conflitos/acordos que ela proporciona; e
- iii) o *capital político* construído nas lutas e resistências a diferentes formas de dominação estrutural que desejam a Amazônia subjugada à condição de eterna fornecedora de matérias-primas à ordem econômica capitalista internacional.

Isso sugere a formação de uma “identidade coletiva” que se configura não exatamente pela condição de residentes, que caracteriza os atores locais, ou porque isso os confere um estatuto de comunidade de pertencimento, mas sobretudo por um compartilhamento de ideias e projetos inerente à condição de sujeitos políticos que reivindicam uma identidade pública caracterizada por formas equitativas de organização social e participação no mundo do trabalho, representatividade e liderança local. Essas razões nos permitem qualificá-los como

“comunidades de ação”⁸, posto que a noção de ator, aplicada ao contexto amazônico, pode não ser suficiente para:

- a) traduzir a complexidade de uma condição ontológica/cosmogônica forjada numa cultura cabocla que, embora mundializada, distingue-se pela especificidade de suas tradições, práticas e saberes;
- b) atribuir sentidos à diversidade de percepções e condutas de engajamento refletidas nas ações em que o ator se forma como tal; e
- c) explicar a multiplicidade de campos nos quais um mesmo ator participa, ou os diferentes papéis que ele desempenha a um só tempo.

As comunidades de ação aqui evocadas podem ser definidas, a propósito de um esquema interpretativo, como possuidoras de quatro características estruturantes que, ao serem incorporadas às relações intersubjetivas e processos de participação social – produzindo a interiorização da exterioridade representativa de um sistema de disposições e práticas e do pensamento social que o alimenta – geram uma estrutura ontológica que reverbera na exteriorização da interioridade pela qual são refletidos os modos de ser e agir dos atores:

- 1) são comunidades históricas;
- 2) reconhecidas por adotarem padrões econômicos nos quais os sistemas produtivos não são totalmente regidos pela racionalidade de mercado;

3) possuem natureza sociopolítica e ambiental; e

4) evidenciam traços culturais, sociolinguísticos, identitários, crenças... reveladores de ancestralidades ressignificadas.

Essa tentativa de qualificação dos atores como comunidades de ação, considerando-se o contexto de sua atuação, oferece oportunidade para avançar no debate sobre ação pública e território. Mas em que medida a construção desse espaço de confluência contribui para a produção de um território socioambiental? Trata-se de um movimento que dialoga com a perspectiva decolonial? Como a noção de desenvolvimento é reconfigurada a partir da ação da Rede?

3. Da (im)possibilidade do desenvolvimento a um desenho de “modernidade alternativa” como aprendizado e negociação

Justifica-se uma leitura das dinâmicas em curso como um território socioambiental ressignificado por um agir coletivo gerido pelas comunidades de ação. Um primeiro aspecto é o caráter da inovação sociotécnica e sociopolítica que caracteriza o espaço público, sobretudo porque – diferentemente das demais redes de organizações regionais⁹ que tenho observado – articula temas e esquemas operacionais por meio de um conjunto de relações, particularmente as di-

8 Tomei a expressão emprestada de Pierre Teisserenc no sentido anunciado em sessão da disciplina “Sociologia da Ação Local”, ministrada, no primeiro semestre de 2019, na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, de cuja turma participei. Se não fui traído pelas anotações, o professor Pierre argumentava, particularmente, sobre a necessidade de uma requalificação do conceito de ator – para além do seu retorno à cena pública. Trata-se de considerar o ator enquanto sujeito da construção de um território, perspectiva à qual se chegou através de pesquisas e reflexões sociológicas desenvolvidas em contextos situados.

9 Cito, especialmente, três casos: 1) a Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Pará (FECAFES), organizada desde 2001 e institucionalizada em 2011; 2) o Fórum Territorial de Economia Solidária do Baixo Tocantins (FTES-BT), fundado em 2011, em decorrência de um

nâmicas de formação e organização comunitária associadas a processos econômicos, por um lado, e a um esforço no âmbito da pesquisa aplicada e produção de conhecimento, por outro. Esse aspecto parece importante em termos de acúmulo político e organizativo quando permite a tais comunidades de ação, de cujos atos são resultado, a elaboração de conhecimentos novos a partir de suas trajetórias, a oportunidade para reinventar tipos organizacionais e os modelos interpretativos e de militância que estes mobilizam.

Um segundo aspecto, ainda vinculado a uma ideia de inovação sociotécnica, refere-se ao fato de que essa experiência social atualiza e reconfigura o fenômeno da participação de sujeitos locais na arena pública, o que historicamente tem sido feito por meio de processos de mediação sob a guarda da igreja, sindicatos, partidos políticos e outros mediadores: um cenário que dialoga com conjuntura mais ampla, analisada por pesquisadores como Maria da Glória Gohn (2011). No contexto do Baixo Tocantins, a metáfora do Jirau Agroecológico é simbólica de um amadurecimento do ato de participar e, portanto, inovadora do ponto de vista de uma ação local dirigida à produção de um território em que apropriação da ideia de pertencimento e identidade é reivindicada como referência.

Há um terceiro aspecto que se refere à qualidade da forma e da agenda assumida pela Rede. Três elementos aqui são significativos: 1) o modo de conformação desse espaço de confluência – caracterizado por

uma tripolaridade de relações pelas quais um polo de produção, um polo técnico-científico e outro governamental estão em diálogo – desafia o sistema de poder local e a forma típica de governo que o define, ensaiando a pilotagem de uma possível governança territorial; 2) resultam desta interpelação às estruturas de poder tensões e entendimentos no campo das políticas públicas que as dotam de sentidos novos e, a rigor, podem qualificá-las, a depender, especialmente, do compromisso dos aparelhos de Estado; 3) uma postura sensível em relação às exigências ambientais, finalmente, é anunciada por um discurso no qual os enunciadores reivindicam os bônus pela produção de um efeito agroecológico territorial.

As “relações objetivas e objetivadas na prática dos jogos sociais e das disputas internas” (Castro, 2015, p. 227) à estrutura do campo em que se ambientalizam as ações em rede, seguem a revelar tensões e negociações entre um ideário de desenvolvimento como progresso – expresso, por exemplo, no desejo de verticalização das cadeias produtivas enquanto ganho de produtividade e competitividade – e desenhos de produção/gestão dos territórios agroecológicos a partir dos quais se pretende o acesso a uma “modernidade alternativa”, no sentido atribuído por Arturo Escobar (2008). Caminha-se, pois, do esforço para acesso a mercados distintos cuja conquista justifica um projeto de modernização produtiva para uma “modernidade desde baixo”, em que os acordos resultam de habilidades acionadas pelos grupos locais – na apropriação e ressigni-

longo processo de mobilização social, formação e intercâmbios vivenciados por empreendimentos associativos, organizações não governamentais e atores governamentais; e 3) o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins (CODETER). Nos três casos, chama a atenção uma ausência de ações em pesquisa voltadas, por exemplo, ao desenvolvimento das organizações locais, de uma capacidade sociotécnica e gestão em rede de processos socioeconômicos.

ficação das noções e práticas de desenvolvimento – no manejo de dispositivos institucionais e políticos da esfera pública e no diálogo com agentes externos interessados na conformação dos coletivos a um padrão econômico que não os oferece horizonte emancipatório.

Entre as perspectivas de desenvolvimento negociadas, há discursos que não reproduzem necessariamente a lógica de um reducionismo neoliberal – de conotação predatória dos recursos naturais, portanto, concentrador das riquezas dos territórios até o seu esgotamento –, embora seus dispositivos de ação, em grande medida, testemunhem a crença num progresso etapista, inadiável. Talvez por isso, tende-se a admitir que tais relações recolocam em contexto situado o que Eduardo Gudynas (2012) qualificou de “novo extrativismo progressista na América do Sul”. Gudynas analisa como experiências à esquerda teriam operado um neoextrativismo progressista assentado em práticas nas quais o Estado desempenha papel mais ativo, chegando a empenhar-se em programas de enfrentamento à pobreza, por vezes insuficientes para desarticular um padrão desenvolvimentista com grande impacto social e ambiental dirigido por circuitos econômicos globais. Aqui se fala de neoextrativismo como um modelo de economia política “funcional à globalização comercial-financeira” em que se perpetua a “inserção internacional subalterna da América do Sul” (Gudynas, 2012, p. 307).

No caso do Baixo Tocantins, entre os coletivos que compõem a Rede Jirau, uma noção partilhada de desenvolvimento, entretanto, não está cristalizada como parte de uma narrativa a justificar os investimentos produtivos, tampouco se revela um componente ideológico presente em discursos nos quais se desenha uma dada disputa de

imaginário, o que me leva a uma conclusão óbvia: o que se verifica, afinal, é a construção de um paradigma civilizatório, um “tipo ideal” que, no plano do discurso, fora incorporado a repertórios acadêmicos (mais por “necessidade” conceitual do que de orientação política), por organismos governamentais, instituições civis e agentes econômicos, não necessariamente às sabedorias das populações tradicionais. Como lembra Escobar, a narrativa do desenvolvimento sempre foi – e continua a ser – produzida de cima para baixo, uma construção “etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e a para baixo em gráficos de progresso” (Escobar, 1995, p. 44).

Confirmei entre muitos camponeses que os motivos pelos quais eles integram uma ação coletiva nunca são determinados pela soma de conteúdos, doutrinas ou ideologias “ensinados/transmitidos” pelas instituições ou movimentos que os atores tomam como referências, mas por desafios concretos e localizados, por situações socioambientais que os questionam e comprometem. Compreendi que participar, para esses sujeitos, é uma constante busca pelas condições de sua existência, um exercício tático/pragmático, às vezes estratégico, de superação dos limites e/ou constrangimentos que uma dada conjuntura os impõe. Este sentido de ação local me parece latente nos depoimentos abaixo.

Quando os estudantes [da UFPA] chegavam nas casas e perguntavam se trabalhavam, elas diziam que não. Mas, no decorrer da conversa, as mulheres iam citando seus afazeres, desde que acordavam até quando iam dormir. E no final do que relatavam, elas ainda diziam que “ajudavam o marido”: na

apanha do açaí, na roça... Quando eles voltaram pra nossa comunidade nos disseram que tinham aprovado um projeto de apoio a grupos de mulheres e nos lançaram o convite. Aceitamos criar um grupo de mulheres. Foi daí que veio a formação do grupo (Juliana Costa, entrevista realizada em agosto de 2021).

A Rede Jirau trabalha essa questão da economia solidária, da agroecologia, da agricultura familiar; não precisa a gente sair daqui pra comprar produtos lá na cidade, a gente pode produzir nos nossos lotes e sempre um ajudando o outro. Isso nos ajudou muito na questão do empoderamento feminino [...]. Eu vi essa experiência da Rede, de economia solidária, da agroecologia; a gente podia trazer pra cá; a gente tinha muito a visão financeira e lá a gente viu que não, [que o desafio é] “bora trabalhar juntas” ... (Lucilene Maciel, entrevista realizada em agosto de 2021).

Os significados da participação são aqui reelaborados a partir de objetivos e condições mensuráveis. Busca-se aprender na comunidade, participar das feiras, trabalhar o empoderamento das mulheres, não só no aspecto financeiro, mas também a formação. Sugere-se aposta num convite para construir, nos limites e contradições da ação local, uma experiência em que a aposta na inclusão econômica passa necessariamente por espaços educativos nos quais um saber técnico-científico põe-se em diálogo com as habilidades socialmente construídas pelo coletivo. Percursos formativos permitem às mulheres caminhar da desinvisibilização de uma dominação masculina, secularmente produzida, a um processo de adesão autônoma a arranjos produtivos em que se inverte a lógica de exploração dos recursos da natureza e dos ganhos do trabalho, da ge-

ração de renda, viabilizados a partir de circuitos locais que, em princípio, privilegiam o valor de uso dos produtos da terra e sua “destinação comunitária”, em detrimento de um raciocínio que legitima o “sucesso” em relação a ganhos de produtividade e seu valor de troca como indicadores de desempenho individual necessário ao bem-estar.

Justifica-se um discurso de pertencimento que toma forma nos exercícios da participação, na oportunidade de produzir com os pares, não só o sustento, mas, sobretudo, caminhos para uma condição de autonomia econômica e social. Há referência a um lugar social/subjetivo sempre revisitado, espaço de aprendizado, de experiências que adquirem sentidos de outra relação homem-natureza. São traços de um “padrão agroecológico” incorporado à rotina de unidades produtivas articuladas por laços de parentesco e vizinhança, construídos, igualmente, com a possibilidade de um trabalho em rede que sinaliza certa recusa a um modelo econômico esterilizante das “vocações locais”, e volta-se à solidariedade como valor. Narra-se um comportamento representativo de uma tradição camponesa que, embora em condição micro, se renova no uso dos frutos da terra como recurso que

É de todo mundo, cada um pode vir e tirar o seu. Somos cinco irmãos, mas aqui só moram dois. Usamos em comum: cada um vai lá e tira. A gente também armazena para o inverno. A gente também auxilia os parentes que não têm, em troca de outros produtos, trabalhamos um sistema de troca. A gente cria/produz para comer, o excedente é que a gente vende, nosso foco é a família bem alimentada. Vendemos o excedente pra poder comprar os outros produtos que a família precisa. Pra mim, agroecologia é isso: trabalhar sem modificar o sistema, dar uma volta

ao passado, um resgate da nossa cultura, do alimento, da família trabalhando junto, produzir com qualidade, ter segurança alimentar; porque se você produz, só vende e vai comprar do mercado, pensa que tá se beneficiando e não tá (Marilene Lopes, entrevista realizada em outubro de 2021).

“Agroecologia é isso”, sugere-se. Que significados *isso* carrega? Os elementos que se seguem conformam um repertório de práticas pelas quais é revelada certa maturidade a indicá-las como expressão de um compromisso socioambiental. Essa postura, curiosamente, justifica-se a partir de duas circunstâncias que, neste caso, produziram adequada articulação: i) o fato de se tratar de uma agricultora a quem os percursos formativos e de qualificação da unidade produtiva permitiram elaborar novas percepções quanto aos riscos de um domínio econômico que não dialoga com exigências sociais e ecológicas; ii) a oportunidade de cursar graduação em agronomia sem abandono da agricultura como modo de vida, ambiente de trabalho, lugar social. É dessa combinação, inclusive, que se origina a forma didática com a qual Lopes traduz para “a linguagem de sua comunidade” um conceito complexo e plural. Ao lado disso, nota-se certa preocupação com o futuro da agricultura familiar no jeito como se constrói uma interlocução entre os objetivos da família e o contexto de sua militância, na confissão de uma felicidade social e historicamente construída, anunciada como escolha de vida. Há, aqui, uma ideia de *pertencer à terra* (Diehl; Carvalho; Pazello, 2018), *ao rio, à floresta*, com uma economia da vida em vez de uma vida reduzida ao econômico.

Nota-se, a partir desse quadro, não haver interesse por parte dos coletivos em

reivindicar a noção de desenvolvimento como orientação político-conceitual, ou, noutro extremo, negá-la ou rompê-la na experiência de apropriação/reapropriação dos territórios desde o acesso aos benefícios do campo econômico. Com efeito, há uma disputa interna – e para além da Rede – por modos de conceber e operar processos para viabilização de uma existência coletiva, em razão, sobretudo, da diversidade de papéis e objetivos que caracteriza a composição do movimento (comunidades, ONGs, governos, universidades, empresas).

É na disputa por tais modos que os atores negociam os sentidos e significados da ação local, entre si e com agentes externos, ressignificando o elemento central que justifica um agir em rede: a noção mesma de desenvolvimento. Pouco a pouco vão se apropriando de elementos desenvolvimentistas conformadores de programas governamentais, das condições de mercado e das relações com organismos nacionais e internacionais enquanto estratégia para consolidar uma opção agroecológica que consubstancia os discursos do movimento.

Reverbera-se, portanto, a defesa de um “desenvolvimento outro”, que desloca os sentidos do pertencer a um território de vida da racionalidade econômico-utilitarista e modernizadora para o acordo negociado na ambientalização do conflito (Leite Lopes, 2006) por uma governança territorial assentada em princípios de justiça socioambiental e econômica. Assim, a noção de desenvolvimento ganha um significado particular nos níveis de negociação como exercício contínuo do ser-e-estar das populações locais em cuja interação consigo e o ambiente constroem “modernidades alternativas”, já não mais posicionadas, como vítimas, em atitude defensiva, num lugar de quem se nega o desenvolvimento enquanto dispo-

sitivo que exprime a noção universalizante da modernidade, mas no papel de coautoras de processos que recriam saberes e práticas de comunidades, embora historicamente subalternizadas, fortalecidas nos jogos de aliança acionados, também, como forma de r-existência (Porto-Gonçalves, 2001).

Considerações finais

A Rede Jirau tem se revelado um movimento cuja habilidade para incidir no quadro político e econômico regional aos poucos vai se traduzindo num exercício de requalificação do debate público e sua substância, de modo que os efeitos da mobilização/politização geram aprendizados com valor pedagógico requeridos pelas comunidades como referência para diferentes formas de engajamento.

Trata-se de uma dinâmica em que a noção de desenvolvimento é negociada permanentemente. Por vezes, a reivindicação de uma *condição* de “sujeitos desenvolvidos” nunca é um ato da autonomia discursiva dos camponeses, mesmo entre aqueles que estão inseridos numa rotina de projetos, mas um código linguístico, um dispositivo de retórica manipulado pelas institucionalidades que, talvez, reflita muito mais um código semântico-conceitual de uso acadêmico e institucional do que a aposta na construção de um caminho que ainda possa nos levar a um destino (coletivo) não fatalista.

Há disputas e jogos de aliança. E é a partir delas que os espaços de produção da Rede revelam uma criatividade do ponto de vista da convivência entre pares e uma perspicácia na elaboração de práticas que dialogam com determinada noção de sustentabilidade socioambiental e justiça econômica, mas que se reproduzem e se acentuam majorita-

riamente em ambientes internos e microrregionais, constituindo-se iniciativas, todavia insuficientes, para um gesto de ruptura com o modelo de expropriação dos recursos do território e negação do saber local representado por agentes econômicos com os quais o movimento disputa – e compõe – espaços de atuação.

Deste ângulo, desenha-se um quadro de limitações para construir alternativas epistêmico-políticas a um padrão de desenvolvimento que se revelou hegemônico, e a um conhecimento científico eurocentrado que o legitima, o que obstaculizaria compreender as circunstâncias em que a Rede se torna funcional à reprodução do sistema mundo moderno colonial. Entretanto, a ampliação de esforços para reapropriação de elementos desenvolvimentistas – em que se assentam programas, mercados, contratos – permite aos coletivos requalificar/ressignificar, em desenhos de territórios agroecológicos, a própria noção de desenvolvimento ensaiando a emergência de “modernidades alternativas”, continuamente negociadas, em que se deslocam os sentidos da ação pública territorial de uma postura defensiva/vitimizada assentada em oposições e dualismos, para um campo de negociações estrategicamente produzidas como mecanismo de fortalecimento da proposta agroecológica de produção e governança dos territórios de vida.

Por vezes, o conteúdo da ação produzida no âmbito da Rede, ou sob sua mediação, compõe um processo de reinvenção do espaço público, notadamente em razão da arquitetura social que confere ao movimento a capacidade de integrar atores com vocações, habilidades e interesses diferentes, mas dispostos a cooperar por uma cidadania construída a partir “de baixo”, com mecanismos de participação que assegurem horizontalidade na conquista de direitos

territoriais, especialmente garantidos pelo acesso a políticas públicas.

Nesse sentido, há que se considerar três “condições de incidência” operadas pelo movimento ou das quais ele se apropria para elevar sua ação ao status de uma agenda pública territorial:

i) um desenho de rede que permite a articulação de atores diversos, com expertises, experiências e objetivos distintos, mas mobilizados pelo compromisso de dar respostas a exigências conjunturais que lhes são comuns;

ii) formas de mobilização e engajamento constitutivas de um campesinato que resiste ao receituário dos grandes projetos econômicos desde sempre impostos como “modelo” para a Amazônia; iii) um ambiente social marcado não exatamente pela ausência – ou insuficiência – de ações de Estado, como determinado discurso quer que acreditemos, mas por um Estado muito mais comprometido com os negócios do capital, sob o pretexto de que geram crescimento econômico, inclusive os numerosos tipos especulativos, do que com as demandas da sociedade.

Tal dinâmica exprime uma *aposta pela vida*, uma opção pelos territórios de vida que se exprime num comportamento social culturalmente incorporado pelos camponeses aos seus regimes de produção e sociabilidade, à memória de uma comunidade de ação e pertencimento. Recupera-se, nas trajetórias investigadas: a) a dimensão familiar da unidade de produção camponesa e sua centralidade numa dinâmica econômica que não se entende divorciada da perspec-

tiva de reprodução do modo de vida camponês, embora circunstancialmente ligada a um mercado capitalista de mercadorias; b) uma noção de sustentabilidade com sentido de “não exaurir os recursos da terra e dos rios” para não inviabilizar o sustento da família nem comprometer o futuro das gerações que virão, mas que não se esgota na ideia de “sobrevivência”, apontando para um “melhorar de vida” como “projeto” político em que também se preconiza a disputa de políticas públicas; c) a defesa do lugar, a reivindicação do direito de pertencer a um lugar social – espaço de relações tecidas com laços de parentesco e vizinhança transmitidas, ensinadas, constantemente reelaboradas; d) a produção de territórios de identidade e da resistência a um modelo de economia política que pretende esvaziar o campo de significado civilizatório, reduzindo o papel da agricultura familiar a uma atividade primitiva economicamente inviável.

Testemunha-se, finalmente, uma dimensão ética – uma ética da vida – na maneira como os camponeses produzem as condições de sua reprodução social ou as reivindicam; como protestam e inovam na construção de mecanismos de resistência a um modelo urbano-industrial de base neoextrativista, cujo predomínio nas relações sociais/de produção em que se reinventam as bases de um campesinato historicamente combativo, se assegurado aos representantes do sistema mundial de poder, representaria o estrangulamento da reprodução camponesa ao modo como as comunidades amazônicas tradicionalmente a concebem e operam.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo: Edições Terceira Via; Abong; Iser Assessoria, 2019.
- ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010.
- ARAÚJO, I. F. Epistemologias do Quilombo: a emergência de uma pedagogia decolonial em territórios quilombolas na Amazônia brasileira. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 16, n. 3, p. 307-335, set./dez. 2023.
- ARAÚJO, I. F.; TEISSERENC, M. J. S. A. Anilzinho: margens de um rio amazônico tocantino levantam-se em “repiquete” social. In: TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. S. A.; ROCHA, G. M. (orgs.). *Gestão da água: desafios sociopolíticos e socio-técnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros*. Belém: NUMA/UFPA, 2020, p. 316-343.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF: GF, 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CASTRO, E. Campo de desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. L.; PONTUAL, N. V. *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 225-246.
- DIEHL, D. A.; CARVALHO, E.; PAZELLO, R. P. (orgs.). *A luta pela terra, água, florestas e o Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 3, 2018.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham, Duke University Press, 2008.
- FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, v. 32, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época).
- GRIGORI, P. *Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história*. 18 jan. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (orgs). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012, p. 303-3018.
- GUZMÁN, E. S.; MONTIEL, M. S. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. *Documentación Social*, v. 155, p. 25-41, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazonas*. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- LEFF, H. *A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul*. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.
- MALHEIRO, B.; PORTO GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Traduzido por Renato Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIGNOLO, W. D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Tradução de Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e*

Identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 35, n. 1, jan./abr. 2020.

RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. 3. ed., Londres: Zed Books, 2008.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 631-648, jul./set. 2017.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 140-173.

TAVARES, B. F.; MEDEIROS, M. Políticas públicas e participação social: uma análise voltada ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins-PA. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 25, p. 1628-1651, 2020.

WERNECK, F. *et. al.* Passando a boiada: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. *Observatório do Clima*, jan. 2021, 38 p.

RESUMO

Neste texto são discutidos aprendizados e contradições de uma “opção agroecológica” como ação pública territorial no Baixo Tocantins, mesorregião do nordeste paraense. A análise de referencial empírico, apoiada em contribuições de uma ecologia política decolonial, revelou um importante exercício de mobilização e politização na ação coletiva acionada por camponeses como estratégia de gestão socioambiental em defesa de seus territórios de vida. A Rede Jirau de Agroecologia, objeto desta análise, sintetiza um processo de incidência na arena pública cujo efeito aponta para a possibilidade de renovação dos mecanismos de participação sociopolítica e governança territorial. Com efeito, trata-se de uma dinâmica, em grande medida, conformada ao paradigma do desenvolvimento, embora o questione.

PALAVRAS-CHAVE

Opção agroecológica. Ação pública. Camponeses. Territórios de vida. Ecologia política.

ABSTRACT

This text discusses lessons learned and contradictions of an “agroecological option” as a territorial public action in Baixo Tocantins, a mesoregion in the northeast of Pará. The empirical reference analysis, supported by contributions from a decolonial political ecology, revealed an important exercise of mobilization and politicization in the collective action triggered by peasants as a socio-environmental management strategy in defense of their living territories. The Jirau Agroecology Network, the object of this analysis, synthesizes a process of advocacy in the public arena whose effect points to the possibility of renewing the mechanisms of sociopolitical participation and territorial governance. In effect, it is a dynamic that largely conforms to the development paradigm, although it questions it.

KEYWORDS

Agroecological option. Public action. Peasants. Living territories. Political ecology.

Recebido em: 03/01/2024
Aprovado em: 27/11/2024